

**RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI**  
10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA, DIA 12/04/2011

**ITEM 41**

**Processo:** TC-626/026/09  
**Prefeitura Municipal:** Nova Castilho.  
**Exercício:** 2009.  
**Prefeito:** Roberto Lopes.  
**Acompanha(m):** TC-000626/126/09.  
**Auditada por:** UR-1 - DSF-II.  
**Auditoria atual:** UR-1 - DSF-I.

O processo em pauta trata das CONTAS DO  
EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO  
DE 2009.

A fiscalização "in loco" foi realizada pela  
Unidade Regional de Araçatuba - UR / 1 que, em relatório  
juntado às fls. 18/74 dos autos, apontou falhas<sup>(1)</sup>, as quais  
foram justificadas, por ocasião da juntada da defesa, às fls.  
87/108 dos autos, destacando-se àquela relativa ao déficit  
orçamentário, que atingiu 18,94%.

Com relação a esse apontamento, as razões da  
defesa, nos trazem que o déficit, apurado pela auditoria,  
encontra-se amparado pelo superávit financeiro do exercício  
anterior e por conta dos Restos a Pagar, de despesas não  
processadas. O que tornaria o déficit apurado, em superávit  
da execução orçamentária, de 4,46%.

**Os Órgãos Técnicos da Casa divergem entre si:**

---

<sup>1</sup> Planejamento e Execução Física, Execução Orçamentária, Licitações, Contratos, Pessoal, Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais, Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica, Instruções e Recomendações deste Tribunal.

Assessorias Econômica e Jurídica de ATJ e Chefia, pela emissão de parecer desfavorável, pois entendem que os argumentos da defesa não alteram significativamente o déficit orçamentário, uma vez que, muito embora o superávit do exercício anterior diminua o déficit, apurado pela auditoria, este permaneceu alto, já que os restos a pagar não processados não podem servir de argumento válido para reduzir o déficit gerado pela Administração Municipal.

SDG, por seu turno, conclui pela emissão de parecer favorável, com recomendações, pois entende que possa ser relevada a questão do déficit orçamentário, já que este foi parcialmente suportado pelo superávit financeiro do exercício anterior, sendo o saldo remanescente negativo, decorrente de lançamentos na conta Restos a Pagar, de despesas não processadas, uma vez que muitos deles estão relacionados a falta de transferência dos recursos provenientes de convênios.

#### **É O RELATÓRIO.**

#### **VOTO.**

**AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE NOVA CASTILHO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2009,** foram apresentadas com várias falhas, algumas de ordem formal, outras passíveis de uma melhor análise, como por exemplo, a questão do déficit apurado pela auditoria, que atingiu 18,94%. No entanto, muito embora, esse déficit mereça atenção por parte da Administração Municipal, no caso, entendo como SDG, que não é razão suficiente para comprometer toda a administração financeira e orçamentária, uma vez que parte dele foi suportada pelo superávit financeiro do exercício anterior, e, outra parcela, esta relacionada aos Restos a Pagar, de

despesas não processadas, decorrentes da falta de transferência de recursos de Convênios.

Neste sentido, levando-se esses fatos em consideração temos que o déficit orçamentário apresentado, deixaria de existir e passaria para um superávit de 4,46%, sem prejuízo, de se reconhecer o volume de investimentos no exercício que foi de 29,38% da receita arrecadada.

Assim, considerando a manifestação exarada por SDG, e atendidos os índices constitucionais e legais, como por exemplo:

-no **Ensino** (art. 212 da CF) o percentual aplicado foi de **31,39%**, das receitas de impostos, próprios e transferidos. Já dos recursos advindos do **Fundeb, 100%** desses recursos foram destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino básico, sendo que, deste total, ainda, **85,55%, foram direcionados aos Profissionais do Magistério.**

**-Pessoal e reflexos: 51,03%; Saúde: 17,08%; e Execução Orçamentária: superávit de 4,46%:**

VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS EM EXAME, EXCETUANDO-SE OS ATOS PORVENTURA PENDENTES DE APRECIÇÃO POR PARTE DESTA TRIBUNAL.

À MARGEM DO PARECER, ACOLHO AS RECOMENDAÇÕES PROPOSTAS PELA SDG (FLS. 119/124), AS QUAIS DEVERÃO SER ENCAMINHADAS POR OFÍCIO.

**É O MEU VOTO.**

**SÃO PAULO, 12 DE ABRIL DE 2011.**

**ANTONIO ROQUE CITADINI**  
CONSELHEIRO RELATOR

Alp.